

DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: O PAPEL DA TECNOLOGIA E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Jonatha Lisboa Galvão do Nascimento¹
Davi Cipriano de Queiroz²
Paulo Henrique de Oliveira Nunes³

Nas últimas décadas, o processo educacional vem cada vez mais sendo debatido em razão da constante evolução da sociedade, seja em aspectos tecnológicos, seja em comportamentos e necessidades humanas. A tecnologia, por exemplo, que já vinha ganhando cada vez mais espaço nas salas de aula, teve um papel importante durante a recente pandemia de Covid-19, cuja adaptação precisou ser rápida e pouco planejada. Outra questão importante ampliada nos últimos anos foi a identificação de condições neurológicas em razão do maior acesso à informação, em sentido amplo. Passado o momento pandêmico, muito do aprendizado, obtido no processo de ensino e aprendizagem durante a pandemia, permaneceu. Somado a isto, a identificação de alunos com necessidades aumentou. Tais questões trazem a necessidade de verificação de como se dá atualmente a inclusão no ambiente escolar, visto que a tecnologia e os ambientes alcançam as pessoas de maneiras distintas, necessitando de um olhar diferenciado para que o processo de ensino e aprendizagem seja equitativo e justo, pois o contrário amplia a desigualdade, dentre tantos outros problemas. Diante desta necessidade, este trabalho buscou investigar as questões relacionadas à inclusão no Brasil e oferecer insights sobre como as políticas públicas sobre inclusão estão funcionando, bem como compreender a preparação do corpo de profissionais para atuação neste tema. Entrevistamos 106 profissionais de 48 cidades de 13 estados do país. Com essa participação, detectamos que o acesso às tecnologias ainda é desigual, especialmente em regiões mais carentes. O artigo conclui que, para alcançar uma educação verdadeiramente inclusiva, é de fundamental importância investir na formação de professores, no desenvolvimento e na distribuição de recursos tecnológicos acessíveis, e na revisão contínua das políticas públicas. Apenas com um esforço coordenado entre governo, escolas e comunidade será possível garantir que todos os alunos tenham as mesmas oportunidades de aprendizado e desenvolvimento.

Palavras-chave: Inclusão, Educação, Tecnologia, Inteligência Artificial.

¹ Mestrando do Curso de Tecnologias Emergentes da Universidade Must, jonatha-lisboa@hotmail.com;

² Mestrando do Curso de Tecnologias Emergentes da Universidade Must, davig@ufam.edu.br;

³ Mestrando do Curso de Tecnologias Emergentes da Universidade Must, paulo212526@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

Em estudo divulgado em abril de 2023, mais precisamente a 34ª edição da Pesquisa Anual do FGVcia sobre o Mercado Brasileiro de TI e Uso nas Empresas, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) apontou que o Brasil tem mais de 464 milhões de dispositivos digitais (computador, notebook, tablet e smartphone). O estudo também mostrou que são 1,2 smartphones por habitante, totalizando 249 milhões de celulares inteligentes em uso no Brasil. Estes números confirmam a maior facilidade de acesso a informações, pois permite a internet na palma da mão.

Com mais acesso às informações, as pessoas puderam ter acesso a dados (verídicos, inverídicos ou imprecisos) de uma infinidade de assuntos, principalmente acerca de condições de saúde. Com informações sobre sintomas pesquisados, naturalmente há maior procura de profissionais da área e conseqüentemente mais diagnósticos. Além disso, o acesso à profissionais da saúde também ficou mais acessível. Planos de saúde e clínicas particulares passaram a oferecer consultas virtuais. Dia (2022, p. 6), afirma que:

Felizmente, hoje em dia é muito mais fácil procurar ajuda médica para obter um diagnóstico. Seja na rede pública ou por atendimentos particulares e mediados pelos planos de saúde, o acesso aos profissionais é muito mais simples. Isso é, de fato, um fator que tem sua parcela de responsabilidade no aumento dos casos de autismo.

E além do transtorno do espectro autista (TEA), há outros transtornos (como Transtorno do déficit de atenção - TDA ou associado com hiperatividade – TDAH) e outras condições de saúde que tiveram aumento de diagnósticos nos últimos anos, inclusive condições físicas. Desta forma, o foco educacional precisou também ser voltado para as questões de inclusão, antes pouco debatida, pois maiores informações sobre o tema trouxeram à tona a necessidade dessas condições especiais em relação ao ambiente escolar.

De acordo com os autores Barbosa, Fernandes e Orrico (2024) o conceito da inclusão nos permite entender a diversidade de ambientes, como as instituições, a família, o meio social e, especialmente, a escola - um ambiente educacional que continua a enfrentar desafios para reconhecer a heterogeneidade da população estudantil. Cada aluno tem necessidade

processo de aprendizado distinto e personalizado, e a adoção da educação inclusiva pode ser benéfica para todos os envolvidos.

Paiano et al. (2019) afirma que os transtornos apontados acima (TDA e TDAH) são caracterizados por sintomas de desatenção, lentidão em tarefas, falta de persistência e dificuldade de manter o foco e desorganização. Já os sintomas mais comuns do TEA afetam o comportamento, o desenvolvimento e a comunicação. Nesse contexto, a tecnologia é inserida para facilitar o entendimento do aluno no aspecto cognitivo e afetivo, pois o aluno consegue manter-se conectado por mais tempo aos objetos virtuais. Diversos aplicativos, sites e atividades dinâmicas foram desenvolvidos para mantê-los concentrados por mais tempo, uma vez que os alunos podem se dispersar facilmente durante as atividades escolares. Já as deficiências físicas ocasionam dificuldade de acesso pelo estudante aos ambientes de estudos.

Dada então a relevância da inclusão no contexto escolar, o presente trabalho tem como objetivo principal compreender e identificar o estado atual da inclusão e do uso de tecnologia nas escolas de ensino médio no Brasil, especialmente em relação à eficácia das políticas públicas de inclusão.

O estudo busca preencher lacunas existentes na compreensão dessas questões, oferecendo *insights* sobre como as políticas estão sendo implementadas e como podem ser melhoradas no futuro. Isso será alcançado por meio de uma investigação quantitativa e uma pesquisa básica estratégica para explorar a realidade da inclusão em diversos estados, abrangendo todas as regiões do Brasil. Entrevistamos 106 alunos, proporcionando uma visão abrangente e diversificada sobre o tema, permitindo-nos compreender diferentes experiências e perspectivas.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Educação e inclusão estão intrinsecamente ligadas, sendo fundamentais para promover uma sociedade mais igualitária e justa. A educação inclusiva busca garantir que todos os alunos, independentemente de suas características individuais, tenham acesso a oportunidades educacionais de qualidade. Isso inclui não apenas pessoas com deficiência, mas também indivíduos de diferentes origens étnicas, culturais, socioeconômicas e de gênero (BARBOSA; FERNANDES; ORRICO, 2024).

Isso significa que a escola não pode oferecer o mesmo processo de ensino e aprendizagem a todos os alunos de forma igual. Se fizer isso, não atenderá às necessidades específicas de cada um, criando lacunas no aprendizado. Essas lacunas se ampliam com o

tempo, prejudicando a construção de saberes e competências. Portanto, a inclusão na educação vai além da simples presença física na sala de aula. Ela envolve criar um ambiente que valorize e respeite a diversidade, adaptando métodos de ensino, currículos e recursos para atender às necessidades individuais de cada aluno. Isso pode incluir o uso de tecnologia assistiva, estratégias pedagógicas diferenciadas e apoio emocional e social.

Ao promover a educação inclusiva, as escolas não apenas capacitam os alunos para alcançarem seu pleno potencial acadêmico, mas também os preparam para viver em uma sociedade diversa e inclusiva, promovendo a aceitação, o respeito mútuo e a colaboração. A educação inclusiva é essencial para construir um futuro mais justo e equitativo para todos e para mantê-los autônomos e com capacidade de escolha, pois nesse processo de educação inclusiva, o aluno se torna protagonista, o que faz com que se sinta no controle do processo de ensino e aprendizagem.

E para torná-lo protagonista, faz-se necessário que o docente deixe de ser o centro do processo e passe a ser mediador, de modo que o aluno possa construir o conhecimento e desenvolver competências necessárias.

Um dos principais objetivos do professor, enquanto mediador, é promover a autonomia do aluno, desempenhando um papel intermediário entre o aluno e as situações que ele enfrenta, especialmente quando surgem dificuldades de interpretação e ação. A oferta de apoio na solução do problema deve ser feita de maneira sutil, indicando, por exemplo, como encontrar soluções e quais ferramentas são necessárias para isso (BARBOSA; FERNANDES; ORRICO, 2024).

No caso de alunos com transtornos ou outras condições de saúde, o docente precisa ter o conhecimento prévio e o devido planejamento para utilização de os recursos e ferramentas necessárias que consigam diminuir as dificuldades enfrentadas e possibilitar a formação discente. Daí a necessidade de integração entre instituição escolar e tecnologias para gerar a ideal inclusão.

2.1 Políticas implementadas que facilitam a interação entre inclusão e tecnologia

A carência de promoção da inclusão exige cada vez mais integração entre instituições de ensino e tecnologia. Além disso, requer investimentos em políticas públicas específicas no Brasil. Ficou evidente que qualquer cidadão deve ser capaz de utilizar todas as tecnologias digitais que tem acesso, independentemente das suas capacidades e características. Nesse sentido, as iniciativas do Governo do Brasil a respeito da inclusão digital e acessibilidade

foram significativas para garantir um mesmo nível de igualdade de acesso às tecnologias de informação e comunicação para todos. Lei Brasileira de Inclusão garante uma série de direitos e proteções, incluindo a acessibilidade às tecnologias de informação e comunicação. Além disso, os Decretos nº 5.296/2004 e nº 9.847/2019 regulamentam a acessibilidade das tecnologias de informação e comunicação, estabelecendo diretrizes específicas para acessibilidade em sites públicos e em várias outras áreas.

Esses decretos estabelecem diretrizes específicas para garantir que websites governamentais e serviços digitais oferecidos pelo governo sejam acessíveis a todos os cidadãos, independentemente de suas habilidades ou limitações.

O Programa Nacional de Acessibilidade (PNA) também desempenha um papel fundamental nesse cenário, promovendo a acessibilidade em várias áreas, incluindo tecnologia, por meio de ações para aprimorar a acessibilidade de websites, aplicativos móveis e outros recursos digitais.

Essas políticas e regulamentações têm sido essenciais para promover uma maior inclusão digital no Brasil, garantindo que a tecnologia esteja ao alcance de todos, independentemente de suas necessidades ou capacidades. Ao tornar os recursos tecnológicos mais acessíveis, o país está trabalhando para criar uma sociedade mais igualitária e justa, onde todos tenham a oportunidade de participar plenamente da vida digital.

2.2 Ferramentas tecnológicas que facilitam a inclusão no ambiente escolar

No Brasil, a inclusão digital se configura como um desafio para garantir que todos os cidadãos, independentemente de suas características ou origens, tenham acesso equitativo às tecnologias de informação e comunicação (TICs). Essa jornada exige a união de esforços entre instituições de ensino, investimento em políticas públicas robustas e a utilização estratégica da tecnologia como ferramenta de inclusão e progresso.

Além disso, é essencial destacar o papel das ferramentas tecnológicas específicas que estão facilitando a inclusão no ambiente escolar. Softwares educacionais, aplicativos de aprendizado e recursos de acessibilidade estão se tornando cada vez mais disponíveis e acessíveis, contribuindo significativamente para promover a igualdade de oportunidades educacionais.

No entanto, para que essas ferramentas sejam eficazes, é fundamental também garantir investimentos em infraestrutura tecnológica, especialmente em áreas rurais e de baixa renda.

A expansão da internet nessas regiões é muito importante para ampliar o acesso à educação digital e reduzir a exclusão digital no ambiente escolar.

METODOLOGIA

Para a investigação quantitativa proposta, realizamos pesquisa básica estratégica com a finalidade de conhecer, em diferentes estados de todas as regiões do Brasil, a realidade do tema inclusão. Para isso, entrevistamos, por meio de questionário eletrônico, no período de 20 a 24 de maio de 2024, alunos do Programa de Mestrado em Tecnologias Emergentes em Educação da Must University, dos Estados Unidos.

Esta escolha foi realizada devido à abrangência do corpo discente deste programa, que pertence a todas as regiões do país, e por serem majoritariamente profissionais da educação com formação superior e/ou especialização lato sensu, público alvo deste trabalho. O questionário, dinâmico e criado por meio do aplicativo Google Forms, foi elaborado com perguntas abertas e fechadas e adaptadas para cada grupo de profissionais. As fechadas visam coletar informações acerca da localização de cada participante, como região, estado e cidade, bem como a profissão na área de educação (professor, pedagogo, administrativo ou outro), esfera modalidade de ensino de atuação. Também visaram compreender a percepção de cada um sobre a inclusão.

Já as perguntas abertas foram voltadas para coleta de experiências a partir da própria visão do entrevistado, como relatos de experiências, relatos específicos de práticas bem sucedidas, indicação da necessidade de recursos e o destino adequado, barreiras e desafios, feedback das famílias quanto ao tema e avaliação da eficácia de programas e políticas específicas de inclusão.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Participaram da entrevista 106 alunos do Curso de Mestrado em Tecnologias Emergentes em Educação, da Must University. Dos participantes, 58,5% (62) são da região nordeste, 24,5% (26) da região Centro-Oeste, 7,5% (8) da região Sudeste, 4,7 (5) da região Sul e 4,7% (5) da região Norte. Ao todo, 48 cidades de 13 estados brasileiros e mais o Distrito Federal foram representados nesta pesquisa. A grande e distinta quantidade de localidades, alcançada de forma aleatória, pode auxiliar numa melhor compreensão de como se dá o processo de inclusão no Brasil de um modo geral.

Quanto à profissão dos entrevistados, aproximadamente 80% (83) são professores e cerca de 10,3% (11) pedagogos. Os outros 10% dos entrevistados são gestores, técnicos administrativos, auxiliares, supervisores e apoio administrativo. A rede mais presente na entrevista foi a municipal, com 61 participantes (57,5%), seguida da estadual com 32 (30,2%), particular com 7 (6,6%) e federal com 6 (5,7%). Em relação ao nível de ensino, 73,6% dos entrevistados atuam na educação básica e 24,5% na educação superior. Além disso, quase a totalidade (97%) atua na modalidade presencial.

Tais fontes podem contribuir para melhor visualização do tema em sala de aula, ou seja, visualização no ato de formação, a materialização das políticas educacionais, mais próximo possível do aluno. Por outro lado, também possibilitam melhor identificação do papel das políticas públicas, em razão da maioria dos entrevistados pertencer às redes públicas de ensino.

Além disso, a formação superior, sendo a maioria licenciatura ou pedagogia (90%) com experiência diária e possível especialização, inclusive na área de inclusão educacional, permite uma visão mais apurada sobre o assunto, de modo que as respostas podem ser consideradas fiéis às realidades das instituições. Assim, abaixo discorreremos sobre os principais resultados obtidos após análise quantitativa das entrevistas.

Dos professores entrevistados, aproximadamente 43,4% avaliaram que a inclusão de alunos com necessidades especiais em sua instituição de ensino é pouco ou ineficaz. Moderadamente eficaz foi avaliado por 36% e apenas 18% avaliaram a inclusão de forma eficaz. Não souberam responder ou não tem opinião sobre o assunto totalizaram 2,4%. Outrossim, a região que mais apontou, proporcionalmente, inclusão ineficaz ou pouco eficaz foi a região Sudeste (85,7% dos entrevistados desta região). Entre os pedagogos (11 entrevistados), 10 (91%) avaliam o ambiente escolar onde atuam como inacessível, pouco acessível ou parcialmente acessível. 60% destes profissionais são da região Centro Oeste.

Estes dados demonstram que as políticas públicas do estado brasileiro não estão alcançando todas as instituições de ensino nas diferentes regiões de forma equitativa e igualitária e isto pode gerar problemas significativos, como aumento das desigualdades sociais entre grupos de alunos com necessidades especiais educacionais.

Acerca de formação específica para lidar com a diversidade dos alunos em sala de aula, mais da metade (55,42%) dos docentes indicaram que não receberam, com 53% indicando a vontade de receber. Apenas 15% receberam algum tipo de formação sobre o assunto, sendo apenas 5% de forma extensiva.

Isto evidencia a falta de formação continuada dos docentes, principalmente na área debatida, pois é essencial para a devida implementação do processo de inclusão, mas que não se trata de uma falta de vontade, mas sim falta de oportunidade em sentido amplo, como falta de políticas públicas voltadas para essa formação, questões financeiras em caso de buscas próprias, dentre outras. Tavares, Santos e Freitas (2016) destacam que os profissionais docentes e os apoios (todos os demais profissionais) da instituição educacional devem ter formação específica para enfrentar os desafios do cotidiano escolar, oriundos do processo de inclusão e a formação dos docentes é a principal e essencial para a eficácia deste processo, sendo o despreparo uma das principais barreiras.

O entendimento de que não é por falta de vontade é corroborado pelo fato de que 96% dos professores confirmaram que, para atender as demandas relacionadas com inclusão, se utilizam de adaptação de estratégias de ensino, adaptação de material didático, suporte individualizado e colaboração com profissionais de apoio. Desta forma, é notório que mesmo sem a formação adequada da maioria, os docentes realizam esforços para atender a todos de forma equitativa.

Dos pedagogos entrevistados, apenas 1 profissional indicou que oferece aos docentes formação continuada sobre inclusão. Este dado confirma a ausência de oportunidade de formação continuada aos docentes de maneira ampla e acessível. E como os docentes buscam os apoios do ambiente escolar, a formação também deve alcançar os demais profissionais. Nove pedagogos indicaram que, como estratégia acerca do tema, realizam acompanhamento, fazem orientação e mediam colaboração entre professores.

Esses resultados mostram um compromisso dos educadores em buscar formas variadas e integradas para garantir que todos os alunos, independentemente de suas particularidades, tenham acesso a uma educação de qualidade. Mas apesar disso, notavelmente, nenhuma resposta foi registrada para a opção de desenvolvimento de materiais e recursos educativos, sugerindo uma área potencialmente negligenciada, pouco considerada.

Além da importância de investir na formação continuada, é necessário investimento também no desenvolvimento de materiais didáticos inclusivos para apoiar os professores na implementação de práticas inclusivas eficazes. A partir desses dados, pode-se orientar políticas educacionais e iniciativas de desenvolvimento profissional para criar um ambiente de ensino mais inclusivo e colaborativo.

Quando perguntados sobre os desafios enfrentados acerca da inclusão na sua instituição, quase 64% dos 83 professores entrevistados apontaram a falta de recurso como o

principal desafio. Mas outros desafios foram apontados (podiam ser selecionadas várias opções, além de indicações próprias), são eles: falta de apoio da gestão escolar (8,4%), resistência de outros professores (10,8%) e alunos (6%). E 1% ainda apontaram falta de tempo, falta de experiência dos profissionais de apoio e demora na contratação de profissional qualificado e específico.

Como esses desafios são cumulativos, faz-se necessário diversas frentes de estratégias, mas principalmente acerca de recursos disponibilizados para serem utilizados na rotina escolar. A resistência de outros professores e a falta de apoio da gestão escolar remete a qualificação/capacitação sobre o tema, a tão discutida formação continuada. Os pedagogos apontaram a mesma questão, quando 72% confirmaram não haver recursos ou haver de forma insuficiente.

A falta de recursos normalmente é oriunda da falta de recursos financeiros, que advém da falta de investimento do poder público e/ou má gestão. De acordo com FAUSTINO e PEREIRA (2024, p.15), “a falta de recursos financeiros, a escassez de profissionais capacitados e a falta de oferta de formações específicas são problemas frequentes que dificultam o processo inclusivo”. Os autores ainda afirmam que além de insuficiente, as verbas disponibilizadas para as instituições de ensino são alvo de cortes governamentais, o que torna o processo de inclusão mais difícil e cria um desafio a mais para as escolas.

Apesar disto, sobre o progresso da escola em relação à inclusão de alunos com necessidades especiais, 27,2% afirmam que sua instituição avança significativamente. Outros 63,3% avaliaram que a escola avança, mas ainda há muito a ser feito, e apenas 9% apontaram que houve retrocesso. Observamos então um compromisso dos profissionais de educação para garantir uma educação de qualidade e equitativa a sua comunidade.

Os docentes, por sua vez, sugeriram (de forma cumulativa), para melhoria das instituições em que atuam, oferecer formação e aumento de investimento em recursos e suportes (60,2%), promoção de cultura inclusiva na comunidade escolar (47%), aumentar a acessibilidade física (20,4%) e disponibilização de especialistas (2,4%). Esses dados abrem oportunidade para início de debate acerca da importância de audiências públicas que visem oportunizar voz aos docentes, no sentido de terem suas sugestões devidamente acolhidas e analisadas, para posterior criação de políticas públicas, o que praticamente não ocorre.

As políticas públicas educacionais são comumente confundidas com políticas governamentais que mais tem objetivo de se alinharem às necessidades do governo do que às necessidades educacionais da população. FAUSTINO e PEREIRA (2024) afirmam que as

políticas de inclusão avançaram, mas identificaram decadência das últimas propostas do atual governo. Enfatizam ainda que é essencial que educadores, pesquisadores, famílias e sociedade civil organizada alcance o engajamento necessário no diálogo para garantir que as políticas públicas de educação especial sejam pautadas no respeito à diversidade e na busca pela igualdade de oportunidades.

Em análise às perguntas abertas acerca de experiências, destacamos alguns que se apresentam como solução e outros como desafios adicionais, sobretudo na visão dos professores, que interagem diretamente. Em alguns relatos, notamos a indicação de que a família que não ainda compreende o aluno com necessidade especial, tende a se colocar como barreira para a devida aplicação das estratégias de inclusão, bem como na busca pelo diagnóstico adequado. Outra experiência que pode se tornar uma grande barreira foi apontada na dificuldade de adaptação de aulas para alunos com dificuldades de leitura por condições neurológicas, o que mais uma vez reforça a necessidade de formação específica. Também foram apontadas necessidades de investimento com recursos próprios, por docentes, na compra de materiais de suporte para aulas que necessitavam de estratégias de inclusão, o que evidencia a falta de recursos escolares e a falta de apoio da instituição. Outra experiência apontada como inadequada é relacionada a prática em algumas instituições de ensino, que destinam um docente para certo grupo de alunos com necessidades especiais, o que na prática, os exclui do convívio natural com a diversidade, e não possuem adequada atenção, pois o docente não consegue atender a todos de forma equitativa com suas especificidades.

As boas experiências foram voltadas para o grau de satisfação quando, apesar dos desafios, os docentes notam a evolução dos mesmos com o passar do tempo com o uso de estratégias educacionais voltadas para necessidades específicas. Docentes, inclusive, apontaram ter filhos com necessidades especiais e a prática vivenciada em casa auxiliou no processo escolar para compreender melhor a necessidade dos alunos.

Como exemplos de práticas bem sucedidas, algumas mais apontadas foram a notável ajuda de intérprete de libras dentro da sala de aula; passeio com alunos sem deficiência visual vendidos, pois favoreceu a compreensão das dificuldades que os demais alunos apresentaram e passaram a apoiar melhor as estratégias inclusivas; adaptação de materiais didáticos e uso de tecnologias e ferramentas digitais.

Quando perguntados sobre onde aplicar investimentos na área de inclusão, maioria dos docentes indicaram na aquisição de materiais didáticos e ferramentas de apoio, além da formação docente. Também para os docentes, quando perguntados sobre a percepção das

famílias sobre o papel da escola, quantidade considerável entende que as famílias não dão apoio e usam a escola para ficar ‘livres’ por certos intervalos de tempo. É dever do estado brasileiro por meio das políticas públicas, promover o diálogo entre a escola e as famílias, de modo a conscientizar e integrar os esforços para dar condições suficientes e necessárias para o aluno com necessidade especial educacional consiga conviver em sociedade de forma mais autônoma possível.

Sobre como avaliam as políticas públicas e suas aplicações, a maioria dos profissionais entende que são boas em teoria, mas de difícil aplicação. Outros a consideram camufladas na prática e que são “inefícazes”, “precárias”, “mediana”. Também apontam que necessita ser acompanhada de investimentos.

Devido à limitação de espaço, não foi possível inserir todos os gráficos e informações detalhadas da pesquisa neste artigo. Para garantir o acesso amplo e transparente a todos os dados coletados, criamos um repositório digital onde o leitor poderá encontrar a pesquisa completa, incluindo todos os gráficos, análises detalhadas e informações inerentes à pesquisa. O acesso pode ser realizado através do endereço eletrônico “gg.gg/cintedi”. Convidamos todos os interessados a explorar o repositório para obter uma compreensão mais profunda dos resultados da pesquisa e suas implicações para a formação de professores e a inclusão em sala de aula.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa revela uma necessidade clara e urgente de aprimoramento na formação de professores para lidar com a diversidade em sala de aula. Os dados indicam que muitos professores não se sentem adequadamente preparados, mas estão dispostos e desejosos de receber a formação necessária. Para atender a essas necessidades, é fundamental que as instituições educacionais e as políticas públicas do estado brasileiro sejam voltadas também para programas de formação contínua que abordem a diversidade de maneira profunda e prática. Esses programas devem incluir conteúdos sobre diversos aspectos da diversidade, estratégias pedagógicas inclusivas e o desenvolvimento de competências socioemocionais.

Percebemos que é essencial que a formação seja acompanhada de suporte contínuo, como mentorias e comunidades de prática, onde os professores possam compartilhar experiências e estratégias eficazes. Ao atender a essa demanda, não apenas se beneficiará os professores, proporcionando-lhes as ferramentas e conhecimentos necessários, mas também promoverá um ambiente de aprendizado mais inclusivo e equitativo para todos os alunos.

Assim, é possível garantir que a educação atenda às necessidades de uma sociedade cada vez mais diversa e complexa.

Como status atual acerca da inclusão nas escolas brasileiras, verificamos... que apesar dos progressos, ainda há muitos obstáculos na inclusão escolar. A legislação é válida, mas sua aplicação é diversa. Muitas escolas sofrem com a falta de estrutura, recursos e formação para os professores. A inclusão, às vezes, é superficial. Contudo, há exemplos positivos de práticas inclusivas bem-sucedidas. É de vital importância investir em políticas públicas que garantam o apoio às escolas e a capacitação dos professores. Somente dessa forma será possível construir uma educação verdadeiramente inclusiva e equitativa.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Sandra Regina; FERNANDES, Edicléa Mascarenhas; ORRICO, Helio. **EL PAPEL DE LA TECNOLOGÍA ASISTENTE EN LA MEDIACIÓN DEL APRENDIZAJE: Retos y perspectivas para la práctica de la enseñanza inclusiva**. 2024. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/periferia/article/view/80021/49878>. Acesso em: 21 maio 2024.

DIA, Autismo em (org.). **Aumento dos casos de autismo: quais os motivos?** 2022. Disponível em: Aumento dos casos de autismo: quais os motivos?. Acesso em: 21 maio 2024.

Faustino, Antonio Júlio Celestino; Pereira, Aguinaldo. Políticas públicas educacionais de inclusão social. Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, [s.l.], v. 05, 2024. Disponível em: <https://revista.unipacto.com.br/index.php/multidisciplinar/article/view/2462/2083>.

PAIANO, Ronê et al. Programas de Intervenção para Alunos com TDAH no Contexto Escolar: Uma revisão sistemática da literatura. Revista Educação Especial, v. 32. Santa Maria - SC: 2019.

Lei Brasileira de Inclusão (Estatuto da Pessoa com Deficiência) - Lei nº 13.146/2015. Acesso em: 22 de maio de 2024. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm

Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Acesso em: 22 de maio de 2024. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm

Decreto nº 9.847, de 25 de junho de 2019. Acesso em: 22 de maio de 2024. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9847.htm

Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. (2019). Programa Nacional de Acessibilidade (PNA). Acesso em: 22 de maio de 2024. Disponível em:
<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/pessoa-com-deficiencia/acessibilidade-e-inclusao>

TAVARES, Lídia Mara Fernandes Lopes; SANTOS, Larissa Medeiros Marinho dos; FREITAS, Maria Nivalda Carvalho. A Educação Inclusiva: um Estudo sobre a Formação Docente. *Revista Brasileira de Educação Especial*, [s.l.], v. 22, n. 4, p. 527-542, 2016. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rbee/a/NPXMqY7W5L7jRr6DwDCLZBw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 jun. 2024.